

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sérgio
4 França de Adorno Abreu, Diretor da Faculdade. Aos treze dias do mês de junho do ano de dois
5 mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores, alunos e funcionários: João Roberto
7 Gomes de Faria, Marlene Petros Angelides, Ana Beatriz Cursino de Araújo, Reginaldo Gomes
8 de Araújo, Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmela Santoro, Marcelo Soares, Maria Célia
9 Lima Hernandes, Maria Aparecida Laet, Sylvia Bassetto, Andréa Saad Hossne, Beatriz Raposo
10 de Medeiros, Marcelo Módolo, Maurício Cardoso, Viviana Bosi, Wagner Costa Ribeiro,
11 Valéria de Marco, Leiko Matsubara Morales, André Roberto Martin, Lúcia Wataghin, Marie
12 Marcia Pedroso, Sérgio Ricardo Gaspar, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Valéria de Marcos,
13 Maria Helena Pereira Toledo Machado, Giuliana Ragusa de Faria, Rosângela Sarteschi, Iris
14 Kantor, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Maria Helena Rolim Capelato, Fernando de Magalhães
15 Papaterra Limongi, Francis Henrik Aubert, Laura Patrícia Zuntini de Izarra, Giliola Maggio,
16 Raquel Glezer. Como assessores atuaram: Augusto César Freire Santiago (ATI), Eliana Bento
17 da Silva Amatuzzi Barros (SCS) e Rosângela Duarte Vicente (ATAC). **JUSTIFICATIVAS:**
18 Justificaram ausência os seguintes membros: Sandra Vasconcellos, Olga Ferreira Coelho,
19 Brasílio João Sallum Junior, Yuri Tavares Rocha, Maria Augusta da Costa Vieira, Maria Rita
20 Umeno Morita, Maria Teresa Celada, Elias Thomé Saliba, Maria Elisa Siqueira Silva, Vagner
21 Gonçalves da Silva, Roberta Barni. **PAUTA ÚNICA: PROPOSTA DE PLANO**
22 **INSTITUCIONAL DA USP:** com a palavra, a Senhor Diretor disse: “Esta Congregação
23 Extraordinária foi convocada com o intuito de discutir a ‘Proposta de Plano Institucional da
24 USP para o recrutamento de estudantes capacitados e participantes dos grupos sociais previsto
25 no regimento de metas do PIMESP. A convocação se deu no formato Extraordinário, pois há
26 um prazo limite (17/06/13) para responder ao Gabinete da Reitoria, não sendo possível
27 postergar a discussão para a próxima Congregação, que é dia 20/06. Antes, passaremos em
28 revista o expediente que gostaria que fosse bastante breve, e que priorizássemos informações
29 que não podem ser postergadas para a semana que vem. Gostaria de lembrar que foram
30 distribuídos 3 documentos (um formulado pela Pró-Reitoria de Graduação, outro pela ADUSP,
31 e uma carta assinada pelas professoras Maria Helena Pereira Toledo Machado, Lilia Katri
32 Moritz Schwarcz e pelo professor Vagner Gonçalves da Silva), que podemos projetar no
33 momento da discussão. O Senhor Presidente passa à palavra ao Senhor Vice-Diretor, João

34 Roberto Gomes Faria. Com a palavra, o Senhor Vice-Diretor disse: “Boa tarde a todos. Por
35 enquanto só quero dizer que procurei ler com bastante atenção os 3 documentos e na hora que
36 começarmos a debatê-los, farei algumas considerações.”. O Senhor Presidente passa a palavra à
37 Bancada dos Servidores Não-Docentes. Com a palavra, a Sra. Marlene Petros Angelides disse:
38 “Eu distribuí, para as pessoas que chegaram, um documento do professor Jorge Luiz Souto
39 Maior sobre um movimento dos trabalhadores terceirizados da empresa Higilimp, que está
40 ocorrendo na faculdade desde o início da semana. Os mesmos estão, desde o dia 5, sem receber
41 seus salários, sendo que alguns chegaram a receber parte ou total do que deveriam, enquanto
42 outros continuam sem receber nenhuma quantia. Na quarta, o SINTUSP foi informado da
43 paralisação dos trabalhadores e entrou em contato com a reitoria para verificar a situação e, de
44 lá para cá, a reitoria tem dito, dia-a-dia, que está em negociação com a empresa para que os
45 pagamentos sejam feitos, mas até agora não ocorreu uma parcela. Os trabalhadores ocuparam a
46 entrada da reitoria, ninguém entra desde segunda-feira. Hoje de manhã, nas duas entradas da
47 reitoria, havia a presença de um grande número de guardas-universitários. Logo em seguida,
48 devido a um furo ao cerco feito pela guarda, a polícia se retirou com o Tenente e,
49 posteriormente, chegaram dois Oficiais de Justiça para verificar a situação e saíram dizendo
50 que haveria hoje a reintegração de posse. Ou seja, a Polícia Militar deverá vir a qualquer
51 momento para retirar os trabalhadores. Esse é o informe que eu gostaria de dar e, mais do que
52 isso, desejo que seja registrado em ata o texto do professor Jorge Luiz Souto Maior.”. Com a
53 palavra, o Senhor Presidente disse: “Eu consulto a Congregação para saber se devemos
54 registrar essa matéria em Ata.”. Após votação, a inclusão do documento na Ata foi
55 APROVADA. Texto: **Repúdio à Violência na USP**. Jorge Luiz Souto Maior (Professor livre-
56 docente da Faculdade de Direito da USP). “Cerca de 100 trabalhadoras terceirizadas da USP
57 estão sem receber salários desde o último 5º. dia útil do presente mês (hoje é dia 13 de junho).
58 São, no mínimo, mais de 05 (cinco) dias, de atraso. Alguém dirá: “só cinco dias?” Na última
59 segunda-feira, 5.000 pessoas saíram em passeata pela cidade em defesa da redução do preço da
60 passagem do transporte público. Vinte pessoas foram presas porque “depredaram o patrimônio
61 público”. Não se disse: “só vinte?”. Foram todas, as cinco mil, chamadas de “vândalos e
62 baderneiros”. Diz-se, até, também lá de Paris, que eram pessoas contrárias ao Estado
63 Democrático de Direito. Sem tentar justificar qualquer tipo de violência, pois sou radicalmente
64 contrário a qualquer agressão física ou moral ao direito alheio, o fato é que se deve
65 compreender de uma vez por todas que deixar de pagar salário (e demais direitos trabalhistas)
66 constitui uma violência ainda maior, pois não agride o patrimônio, agride a vida, como é
67 violenta, ademais, a omissão de governos que não garantem aos cidadãos educação, saúde e

68 transporte públicos de qualidade e de instituições que não punem corruptos e corruptores e
69 aqueles que furtam (ou sonégam) o dinheiro público ou que o desviam das finalidades sociais
70 essenciais. Lembre-se que no Estado Democrático de Direito (Social) a vida e a dignidade
71 humana são os valores supremos. A USP que, em respeito à Constituição, não poderia ter se
72 valido da terceirização para realização de serviços que são permanentes em sua dinâmica
73 institucional, deve, no mínimo, garantir que os direitos dos “trabalhadores terceirizados” sejam
74 respeitados, sobretudo o salário. Nem cabe à Administração se fazer de vítima, pois é
75 reincidente nesta prática delituosa. De fato é a terceira vez nos últimos cinco anos que essa
76 triste história de violência à condição humana ocorre no âmbito da Universidade. As
77 terceirizadas estão mobilizadas, para fazer valer o seu direito à vida, em ato em frente à
78 Reitoria. Querem que a Reitoria garanta o seu direito ao recebimento do salário, até porque
79 nesta relação jurídica obrigacional, de cunho bilateral, já cumpriram a sua parte, prestando seus
80 serviços durante um mês, sendo certo que do ponto de vista da realidade das coisas a ausência
81 de remuneração constitui um furto da força de trabalho, além de ser, como digo, uma grave
82 agressão à condição humana do trabalhador, ainda mais quando precedida de outro ilícito, a
83 terceirização no setor público, e concretizada no âmbito de uma entidade voltada à formação da
84 inteligência da sociedade. Diante desse grave fato, o que se vê, no entanto? A mesma história:
85 desprezo generalizado pela situação das terceirizadas e os responsáveis pela “segurança” da
86 Universidade anunciando que vão chamar a polícia para “dispersar” a mobilização das
87 terceirizadas. As terceirizadas correm o risco, portanto, de serem novamente agredidas, se não
88 fisicamente, ao menos no aspecto de não lhes ser garantido sequer o direito de implementarem
89 uma estratégia política para lutar pelo seu direito, que é um direito fundamental segundo a
90 ordem jurídica. De fato, a polícia devia vir para garantir o direito das pessoas e o direito maior
91 que está sendo agredido no caso é o direito à vida dessas trabalhadoras, que tiveram sua força
92 de trabalho furtada. Essa situação, da terceirização em si, da ausência do pagamento de salários
93 e da repressão policial contra quem, pacificamente, tenta, pela via própria, na ausência de
94 respaldo eficaz das instituições, assegurar seu direito à vida, é insustentável e deve receber o
95 repúdio da comunidade uspiana em geral e de toda a sociedade, que tem boas razões para se
96 dizer cansada da violência e da impunidade. São Paulo, 13 de agosto de 2013.”. Com a palavra,
97 o Representante Discente, Marcelo Soares disse: “Vocês devem ter visto que, desde a semana
98 passada, estão ocorrendo atos contra o aumento da tarifa de ônibus. O informe é que hoje
99 haverá mais um ato, iniciado no Teatro Municipal. Como o ato já ficou grande (no último eram
100 mais de 10000 pessoas), além da pauta de redução das tarifas de ônibus, tem a denúncia da
101 violência policial e pela liberação dos detidos do último ato, acusados por formação de

102 quadrilha, não possuindo direito a fiança. O Movimento Passe Livre tem buscado contribuições
103 via internet. Também gostaria de prestar todo apoio dos estudantes à greve das terceirizadas.”.

104 O Senhor Presidente passa a palavra aos demais membros do Colegiado. Com a palavra, a
105 Profa. Dra. Valéria de Marcos disse: “Seria interessante se houvesse um comunicado com o
106 grupo de professores que está representando a FFLCH no IEB, porque precisávamos nos
107 manifestar no sentido de garantir o espaço do IEB no prédio da Biblioteca Brasileira. Não sei
108 em que medida as pessoas estão sabendo, mas o prédio, que em princípio era dedicado a um
109 Centro de Pesquisa sobre o Brasil (incluindo a Brasileira e o IEB), já está com sua
110 ‘configuração ameaçada’, pois o SiB quer se instalar no prédio, retirando espaço do IEB. Como
111 o IEB não está ficando em nenhuma unidade há dificuldade de tratar da questão publicamente.
112 Desse modo, acredito que deveríamos ajudar para que o espaço não perca sua configuração.”.

113 Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Não havendo mais manifestações vamos abrir os
114 debates. Gostaria que as pessoas fossem concentradas, num teto de 2 horas para que possamos
115 discutir e deliberar. Então estão abertas as inscrições para quem quer se manifestar.”. Com a
116 palavra, o Senhor Vice-Diretor disse: “Eu li os documentos que foram disponibilizados e
117 procurei também ler a Lei sancionada pela Presidente da República no dia 29 de Agosto de
118 2012. Esta exige uma reformulação do Sistema de Cotas que foi implantado por várias
119 Universidade Federais, ou seja, podem ser levadas em consideração as especificidades de cada
120 região para adequar o número de estudantes pretos, pardos ou indígenas. O que me pareceu
121 mais importante de destacar nessa lei é que nas Universidades Federais, 50% das vagas serão
122 reservadas para estudantes que fizeram a Escola Pública. Lerei para vocês de modo que
123 possamos comparar o que está proposto na Lei Federal, com o que está proposto no Plano
124 Institucional da nossa Pró-Reitoria. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012: “**Art.**
125 **1º.** As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação
126 reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno,
127 no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado
128 integralmente o ensino médio em escolas públicas. **Parágrafo único.** No preenchimento das
129 vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos
130 estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-
131 mínimo e meio) per capita. **Art. 3º.** Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de
132 que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos,
133 pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na
134 população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo
135 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Parágrafo único.** No caso de não

136 preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas
137 remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o
138 ensino médio em escolas públicas.”. Depois alguns artigos tratam das Escolas Técnicas
139 Federais e outros parágrafos que falam da responsabilidade do MEC, Poder Executivo e assim
140 por diante. Então, lendo o Plano da Pró-Reitoria de Graduação percebi que talvez esse plano
141 tenha se baseado, em parte, nas disposições federais, porque também há uma proposta de que
142 50% das vagas sejam preenchidas por estudantes que venham de escolas públicas, e a
143 proporção de pretos, pardos e indígenas deve corresponder à população do Estado de São
144 Paulo. O que é mais detalhado na proposta da Reitoria é a ideia de aumentar a porcentagem dos
145 candidatos que farão vestibular pelo INCLUSP ou PASUSP. Os candidatos do INCLUSP, que
146 fizeram o Ensino Médio, terão 12% de bônus, enquanto os que fizeram todo o Ensino Básico
147 em Escola Pública terão 15%. Os PASUSP, mais pobres e também pretos, pardos e indígenas,
148 teriam de 15-20%. Os do INCLUSP PPI (preto, pardo ou indígena), 5% de bônus adicional ao
149 já obtido. Eu fiz um exercício de matemática com esses números, desse modo: o aluno branco,
150 de escola particular, que tire nota 5, continua com o valor 5; se for um candidato INCLUSP-
151 EM (Ensino Médio), a nota sobe para 5,6 com o bônus; caso seja PPI sua nota se eleva para
152 5,88; os EB ficariam com nota 5,75 e, se foram PPI seriam 6,03; os PASUSP ficariam com nota
153 6,03 se forem brancos, ou 6,3 se forem PPI. Ou seja, a diferença entre 5,0 e 6,3 equivale a mais
154 de 20%. Se pensarmos que, num vestibular bastante concorrido, um candidato pode ficar dentro
155 de 1 curso pois acertou uma questão a mais, em relação a outros candidatos, se trata de uma
156 vantagem considerável que vai permitir, de fato, a inclusão de muitos alunos daquelas
157 categorias. Fiz todos esses cálculos para dizer que o documento que nos chega, da Pró-Reitoria,
158 é um avanço considerável em relação ao que já existe atualmente (SINCLUSP e PASUSP). Os
159 outros documentos não apresentam nenhuma proposta concreta e alternativa. São documentos
160 que fazem críticas, com as quais todos nós concordamos, a uma situação genérica em relação
161 ao Ensino Público. Ao fazer a análise do documento da Pró-Reitoria há algumas críticas que
162 talvez não sejam bem fundamentadas. Por exemplo, a ADUSP disse que não se justifica o
163 porquê de se fazer uma adequação ao longo de 4 ou 5 anos para que as cotas sejam plenamente
164 atingidas em 2018. No plano Federal as Universidades também terão 4 anos para se ajustar,
165 afinal, uma mudança desse calibre não pode ser feita da noite para o dia. Assim, é
166 compreensível que essa mudança seja feita aos poucos. Em minha opinião pessoal, no
167 documento da ADUSP há uma passagem em que é usado o termo ‘garimpagem’ no sentido
168 negativo da palavra, pois o sistema de inclusão estaria ‘garimpando’, na Escola Pública, os
169 melhores alunos. Mas é isso mesmo, a Universidade é o lugar para os melhores alunos, o que

170 não se leva em conta aqui é que os alunos são diferentes. Em minha opinião, a Universidade,
171 desde que ela existe, é para a elite, todos nós somos a elite, pois somos as pessoas que
172 estudaram e chegaram até onde estamos. O estudante que está sorrindo, enquanto me ouve, por
173 exemplo, também é da elite, porque estuda na melhor Universidade Brasileira, onde, em
174 princípio, estão os melhores estudantes brasileiros. O grave problema é que o Governo
175 Estadual, Federal e Municipal não dão a todos as mesmas oportunidades de ensino. Assim, não
176 vejo como negativo o que está posto como um problema no documento da ADUSP. No
177 documento assinado pelos professores (as) há uma crítica à indefinição nas metas de inclusão.
178 Não concordo, pois o documento da Pró-Reitoria define muito bem quais são os percentuais e
179 prazos da inclusão, o número de pessoas que devem ser incluídas em relação à
180 proporcionalidade dos PPI que moram no Estado de São Paulo. O PIMESP era indefinido, mas
181 neste documento atual não repetimos os problemas que diagnosticamos naquele. De certa
182 forma, esse documento enfrenta a questão das cotas, estamos adotando aqui os mesmos
183 números da UFMG. A crítica ao “Cursinho vestibular” que a USP se propõe a fazer para os
184 alunos que quase conseguiram entrar no vestibular é infeliz, pois os mesmos terão a chance de
185 fazer aqui um bom cursinho, com uma bolsa e, claro, serão os 1000 melhores estudantes de
186 Escola Pública que não passaram por pouco. Se não for assim, qual a clientela que teremos na
187 Universidade? O documento propõe mais discussão sobre o Sistema de Cotas, mas não propõe
188 nenhuma proposta alternativa ao que o Plano da Pró-Reitoria propõe. Tudo que eu falei aqui
189 talvez seja diferente do que muitos gostariam de ouvir, mas afirmo que são opiniões pessoais
190 minhas a partir da leitura dos documentos recebidos. O documento da Pró-Reitoria avança
191 bastante nas metas de inclusão social, sendo um programa muito semelhante ao Federal que
192 está conciliando Cotas Sociais com Cotas Raciais, e acredito que seja o caminho para reparar
193 injustiças que vem de décadas.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Elisabetta Antonietta Rita Maria
194 Carmela Santoro disse: “Me inscrevi, enquanto da fala do João, pois eu considerei interessante
195 a comparação feita, por evidenciar a grande diferença. Acredito que tenha escapado da análise
196 o fato de que esse projeto não prevê reserva de vagas. Então, se você diz que 50% das vagas
197 serão reservada a alunos da Escola Pública, é um tipo de raciocínio que se está fazendo, uma
198 garantia oferecida a esses alunos. Se um bônus é oferecido aos alunos, não é garantida, de
199 maneira alguma, a vaga na Universidade Pública. Desse modo, o fato de termos um projeto que
200 finge remediar um problema que todos nós reconhecemos, mas que na verdade oferece apenas
201 um paliativo nos faz retroceder de uma discussão que deveríamos fazer sobre cotas. Insistimos
202 nessa questão do mérito e, mesmo diagnosticando um problema existente, não consegue
203 avançar na discussão. Documentos e apresentações dos resultados do INCLUSP mostraram que

204 o mesmo resolveu pouquíssimo, sendo só de função paliativa. Vimos isso e sabemos que é
205 fazer pouco, comparado ao enfrentamento real do problema. Acredito que encontrando
206 caminhos alternativos, a gente finge resolver, mas não resolve, e talvez atrase a discussão por
207 mais, quem sabe, quantos anos.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Beatriz Raposo de Medeiros
208 disse: “No meu departamento discutimos a questão do PIMESP reavaliado e duas palavras me
209 incomodaram muito e parece que vão continuar, ainda que a gente reaprecie bem, chegando
210 próximo a questão de resolver as cotas. Uma delas é a palavra ‘mérito’, por que mantê-la? E a
211 palavra ‘recrutamento’ que eu considero horrível, por isso concordo, em partes, com a fala do
212 Professor João, acredito que temos de gostar de estudar e buscar a Universidade que a gente
213 quer estudar.”. Com a palavra, o Sr. Marcelo Soares disse: “Tenho várias coisas a comentar.
214 Primeira: ao respeito do comentário do professor ao me citar como parte da elite. Por que eu
215 sou parte da elite? Convém falar que estudei em Escola Pública durante o Ensino Fundamental
216 inteiro e, por sorte, na escola onde eu estudava vieram selecionar os alunos para fazer um
217 cursinho para tentar bolsa em Escola Privada (Ensino Médio). Eu consegui e estudei no Santa
218 Cruz, com bolsa. Quem é essa elite que está na Universidade e que o professor parece
219 reivindicar a permanência? É quem tem condições de pagar boas escolas. Não é de fato, quem
220 quer estudar que está entrando, é quem tem dinheiro para pagar os estudos. Temos de perceber
221 que esse desejo de estudar não é inerente a nós, é importante perceber a construção social do
222 desejo de estudar. É claro que se você vive em uma família, cujos pais estudaram na USP (ou
223 outra Universidade) haverá a formação de um desejo de estudar. Mas quando se nasce em uma
224 família onde o pai é borracheiro, sua mãe é empregada doméstica, de onde vai ser tirado esse
225 desejo de estudar? Assim, é importante ter muito claro que a maioria dos que estão entrando na
226 Universidade hoje, é quem tem dinheiro para pagar os estudos e para ser incentivado a estudar.
227 Se de fato queremos incluir, pardos, negros, indígenas e pessoas de Escola Pública, não será
228 com bônus de no máximo 5,6%, por exemplo, que é vinculado ao mérito do vestibular. Estão
229 entrando os alunos que têm maior capacidade crítica e de pesquisa ou será que são aqueles que
230 se adaptaram a certo conteúdo cobrado pelo vestibular? Eu, por exemplo, estudo Filosofia, e
231 considero que seja um conhecimento bastante necessário, que tem espaço para ser colocado no
232 Ensino Médio, porém não cai no vestibular. Então, esse instrumento que usamos para
233 selecionar os alunos deve ser questionado. Eles selecionam, de fato, os melhores alunos ou só
234 aqueles que conseguiram, durante o ensino médio e cursinho, aprender a fazer a prova? Para eu
235 não me estender muito, gostaria de dizer que existe de fato uma alternativa ao PIMESP
236 (Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista) e a esse projeto do
237 Plano Institucional da USP. O Núcleo de Consciência Negra, ocupou o barracão, há mais ou

238 menos 25 anos, com o intuito de trazer o debate sobre a questão negra, incluindo o tema das
239 cotas. Ou seja, existe um debate a respeito das cotas há muito tempo. Existe a Frente Pró-Cotas,
240 da qual fazemos parte, que está discutindo um Projeto de Lei unificado (de 2004, 2012, dentre
241 outros). Se o senhor quer saber a alternativa, professor, é a reserva de vaga, ao contrário de
242 bônus. Seriam 25% de vagas reservadas para negros e indígenas, 25% para alunos de Escola
243 Pública (sendo que metade dessa porcentagem é quem vem de uma família com renda per
244 capita de 1 salário mínimo e meio) e 5% para candidatos com deficiência física ou mental.
245 Então, existe de fato uma proposta, mas ainda não tive oportunidade de enviar a Diretoria para
246 ser distribuído, começarei fazer isso agora. O que é importante colocar é a questão das políticas
247 de permanência. Não basta trazer uma pessoa que mora lá na Zona Leste, se o mesmo não
248 conseguirá estudar direito. Com esse discurso, quis mostrar que existem diversas coisas que são
249 colocadas há muito tempo, e não as conhecemos simplesmente por desinteresse.”. Com a
250 palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Gostaria de discordar do
251 João. O documento que fizemos é um balanço dos debates que aconteceram na USP, de forma
252 geral, não objetivando ser propositivo até porque nesse momento acreditamos que alguns
253 passos têm que ser dados antes que a USP, como instituição, seja capaz de produzir uma
254 proposta mais sólida. O PIMESP era cheio de problemas e foi demonstrado, cabalmente, que
255 com aquelas ferramentas não seriam, em nenhuma época, atingidos os objetivos que o Governo
256 do Estado e a Reitoria se propuseram a cumprir. Nesse documento, as metas são as mesmas que
257 do PIMESP (50/35), os instrumentos agora são muito mais precários porque a única proposta
258 com alguma racionalidade é o bônus, que já existe. Porém permanece o mesmo problema
259 estrutural que o PIMESP, a USP e as Estaduais Paulistas falam em mérito e não falam em
260 cotas. Então, querem dar a impressão de que é possível incluir com mérito, porém tal proposta
261 nunca parece suficientemente sólida para garantir que, até 2018, esse procedimento seja
262 possível. O que apontamos como contradição, que acho que o João não percebeu, é que está
263 sendo proposto 5% de bônus para o PPI, porém no Cursinho Pré-Vestibular, e o quesito
264 raça/cor vai incluir 35% reconhecendo o perfil demográfico. O projeto não tem consistência. A
265 jogada é que quando a USP faz a totalização dos dados PPIs são somados os da Escola
266 Particular que não utilizaram o bônus. Esse é o estudo que fizemos na Comissão de Cotas e
267 trouxemos naquela primeira reunião, que, em outras palavras quis afirmar que há uma
268 manipulação dos dados. O INCLUSP, desde 2006, foi capaz de incluir 24-28% de alunos da
269 Escola Pública, porém, dentre estes apenas 7,8% são PPI’s, o que tem um *gap* enorme entre o
270 aluno incluso pelo INCLUSP e o perfil étnico-racial. Mais uma vez essa proposta da reitoria dá
271 uma curva para lá e outra para cá e não trata do assunto. Pensando em termos institucionais, a

272 proposta desse documento é que haja formação de uma Comissão Interdisciplinar para produzir
273 um projeto. Eu concordo com o projeto do Movimento Social porém, quando olhamos para a
274 totalização no PIMESP-2, vemos que as unidades da USP são francamente contra as cotas.
275 Portanto, é preciso passar por um longo processo de debate para que a USP comece a entender
276 como funciona, pois todas as ferramentas são meritórias (inclusão por bônus, o cursinho, a
277 bolsa). Mas é necessário caminhar no sentido das cotas, pois é preciso que as Universidade
278 Paulistas atinjam, dentro de alguns anos, o perfil demográfico. Então acho que o PIMESP-2
279 não é projeto, ele tem medidas descosturadas, é contraditório e são necessárias duas coisas: 1-
280 Que a FFLCH participe mais, uma vez que aqui estão os que podem ter uma contribuição mais
281 sólida nessa discussão; 2 – é preciso formar grupos de debates para formação de um projeto
282 coerente.”. Com a palavra, o Senhor Vice-Diretor disse: “Concordo com você que tem essa
283 contradição entre o bônus de 5% e os 35% para o cursinho. Talvez na lógica desse plano da
284 Pró-Reitoria, esses 35% de alunos pobres, pretos e pardos, no próximo vestibular estarão mais
285 preparados. Se colocarmos isso a cada ano a inclusão será maior, concorda?”. Com a palavra, a
286 Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado respondeu: “A nossa questão é garantir a
287 inclusão. Se a USP reconhece que precisa incluir 35%, porque não reconhece que necessita dar
288 o bônus para esses 35%?”. Com a palavra, o Senhor Vice-Diretor disse: “Você tem razão,
289 talvez ao longo desses 4 anos isso seja possível após debates.”. Com a palavra, a Profa. Dra.
290 Maria Helena Pereira Toledo Machado complementou: “Exatamente. Fazendo cursinho não vai
291 sair, porque isso é sorte. A mesma coisa do PIMESP, não há garantia de inclusão.”. Com a
292 palavra, o Senhor Presidente perguntou: “Professora Maria Helena, considerando os dois
293 cenários (a proposta da Pró-Reitoria atual e o cenário da proporção de 35% no bônus de
294 entrada), qual é a projeção que vocês tem de tornar a diferença igualitária? Ou seja, em quanto
295 tempo conseguiremos dizer que pretos e brancos têm a mesma oportunidade de entrar na
296 universidade? O que está em questão hoje é que na porta de entrada há uma desigualdade que é
297 socialmente construída e nossa discussão é como retirá-la e construir outra possibilidade. Fiz
298 essa pergunta, pois quero saber em que medida poderei sustentar que outra proposta alcançará
299 nosso objetivo em um menor espaço de tempo.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena
300 Pereira Toledo Machado respondeu: “Se for feita uma política de cotas, mesmo que seja
301 escalonada ao longo dos anos, você vai garantir, certo?”. Com a palavra, o Senhor Presidente
302 disse: “Não estou falando de uma política de cotas. Minha pergunta é muito clara, estou
303 pensando nessa combinação de bônus. Então eu gostaria que você respondesse a pergunta que
304 foi feita.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado respondeu: “A
305 própria USP não fez esse cálculo e nós, no documento, estamos instando à mesma a apresentar

306 os cálculos. Pois no nosso entender, o INCLUSP de 2006 até agora, incluiu 24-28% de Escola
307 Pública, sendo apenas 7,8% de PPI's. Se você aumentar, provavelmente, chegara a 30 e pouco
308 de Escola Pública e 10% de PPI's. Porém, esse tipo de cálculo exige um estatístico para fazer
309 projeção e é exatamente isso que dizemos no documento, uma estrutura irá checar ano a ano se
310 a meta está sendo atingida.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Estou fazendo essa
311 pergunta porque os 3 documentos partem de pressupostos, mas estes precisam ser qualificados
312 dizendo a que tais pressupostos levam e é exatamente isso que não está nos 3 documentos.”.
313 Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “É isso que, em
314 princípio, a USP não fez em nenhum dos dois. Se o INCLUSP demorou de 2006-2013 para
315 incluir 24-28% de Escola Pública, sendo majoritariamente brancos, eu quero saber como o
316 aumento do bônus vai levar a alcançar a meta, o que não acontecerá, só se o aluno PPI for
317 muito bem no cursinho e entrar, o que não podemos garantir.”. Com a palavra, o Prof. Dr.
318 Wagner Costa Ribeiro disse: “Tenho a impressão de que estamos fazendo uma análise estranha
319 do problema. Na verdade, a estatística espelha o que de fato é um problema social secular,
320 diante disso é preciso haver uma medida política. E a ação política que vários países
321 historicamente adotaram são as cotas. Desse modo, é fundamental apostar nas cotas. A
322 professora Maria tem razão. Há muito preconceito com as cotas, porque reflete o preconceito
323 social, o que é um grave erro. Então, temos de fazer um sistema combinado de cotas e mérito,
324 porque esse último todo mundo aceita na universidade. É preciso debater para mostrar às
325 autoridades que é possível fazer um sistema combinando mérito e cotas para todos os cursos da
326 USP, senão não avançaremos. Não é uma cota uno-genérico, porque os senhores bem sabem
327 que a FFLCH sustenta os cursos noturnos da USP, nós somos responsáveis pelo nosso ótimo
328 índice, porque oferecemos aulas a noite. Acredito que caberia a essa Faculdade, dado a nossa
329 tradição nos estudos sociológicos combinados a pesquisadores que trabalham há longa data
330 com o tema da escravidão e todas as sequelas geradas, levar um debate dessa natureza, o que
331 mostraria nossa liderança nesse tema, o que é algo inquestionável. E, do meu ponto de vista,
332 temos que caminhar na direção de cotas e mérito. Assim, todos os cursos da USP deveriam ter
333 cotas e também o mérito, afinal vai ter muito candidato bom de qualquer *status* social.
334 Concordo com o representante discente, pois às vezes um questão de sorte muda a vida do
335 indivíduo e eu fico pensando quantos talentos já perdemos por falta de sorte. Então a minha
336 sugestão era de acompanhar a proposta da professora Maria, lançando um debate com a
337 Universidade, mostrando que é possível manter o mérito, porém reservando as cotas para
338 alguns segmentos sociais que estão historicamente alijados do acesso a Universidade Pública.”.
339 Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Só fazer um reparo, professor. Há uma Comissão

340 de Cotas, ainda ativa, criada pela Congregação, que já fez uma primeira apresentação de
341 resultados. Estou aguardando com a expectativa de que tenhamos um relatório bastante
342 substantivo, do ponto de vista acadêmico, que pondere os dois debates, de maneira que esta
343 Congregação possa votar e, posteriormente, endereçar para um debate público mais amplo na
344 Universidade, a ponto de alterar essa política em médio prazo. O que estamos discutindo hoje é
345 a nova proposta da Reitoria, incluindo o que aceitamos e que vamos propor reparos. Quero
346 lembrar também que o documento da Reitoria apresenta um pouco o panorama dos resultados
347 alcançando e a proposta de cotas é muito minoritária. Então, se for vontade política desta
348 unidade, transformá-la em uma política mais abrangente, há um trabalho político a ser feito
349 com argumentos academicamente/cientificamente aceitáveis que possam, de alguma maneira,
350 influenciar aqueles que são absolutamente resistentes por uma questão de princípios. Queria
351 dizer que o debate dessa Congregação Extraordinária não encerra o trabalho da Comissão de
352 Cotas. Eu continuo acreditando que a mesma vai produzir um documento final, sobre o qual
353 possamos discutir, rever, editar a ponto de transformar em um documento de base da Faculdade
354 que eu acredito ser necessário.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro disse:
355 “Estou totalmente de acordo que a Comissão continue atuando. Mas seria temerário que nossa
356 Faculdade endossasse um documento que tem falhas objetivas. Precisamos iniciar um debate na
357 USP para tratar desse preconceito.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Francis Henrik Aubert disse:
358 “Não posso deixar de dizer que duas colocações me incomodaram. Em primeiro lugar, a
359 questão de que o descalabro atual não é culpa da Universidade. É também, afinal criamos um
360 modelo de vestibular que sinaliza para os cursinhos e Ensinos Médios inventarem um meio de
361 selecionar aquelas pessoas que são capazes de fazer uma decoreba e não as mais criativas,
362 inteligentes e capazes de verbalizar um pensamento inovador e criativo. Cobrar Matemática e
363 Física, mesmo na segunda rodada, para quem vai fazer História ou Letras é uma insanidade. O
364 fato de termos criticado o ENEM, mas não visto que seu projeto inicial justamente chamava
365 para esse lado mais do raciocínio, e termos ficado com a decoreba, é uma loucura. Nesse
366 sentido sim, contribuimos para tornar o gargalo maior e exigir um treinamento para que alguém
367 consiga superar tal barreira. A pessoa que faz esse tipo de percurso talvez não seja aquela que
368 realmente desejamos ter aqui na universidade. Não vejo como podemos levar adiante essa
369 discussão que estamos tendo hoje se não incluirmos aquilo que a Elisabetta havia assinalado, de
370 que a discussão também engloba o processo de seleção para os cursos de graduação. Assim,
371 sugiro que no encaminhamento que vamos fazer incluamos um alerta a uma questão específica
372 do vestibular enquanto tal, que também deve ser enfrentando.”. Com a palavra, a aluna Ana
373 Beatriz Cursino de Araújo disse: “Gostaria de ressaltar alguns pontos a respeito desse debate. O

374 primeiro é referente ao pouco prazo que tivemos para debater a proposta apresentada pela
375 Reitoria, o que nos impede, inclusive, de ter tempo para formular uma proposta que aponte
376 ponto a ponto daquilo que nos foi proposto. O segundo ponto é que eu acredito haver uma
377 dificuldade recorrente em se debater a questão das cotas sociais e, sobretudo, de trazer o debate
378 de que a raça é um elemento constitutivo da sociedade brasileira, e que é fundador das nossas
379 desigualdades sociais. Entender que uma sociedade com pouco mais de 500 anos, teve 400 anos
380 de escravidão e que é impossível que as marcas de violência, opressão e desigualdade não
381 sejam fundadores da nossa formação cultural e econômica. De fundo, me parece que na USP há
382 essa dificuldade de se assumir tal caráter da nossa sociedade, de ainda parecer sustentar, mesmo
383 que não verbalmente, um mito de Democracia Racial, coisa que eu acredito ser tarefa da nossa
384 Faculdade debater mais a fundo. Temos inúmeros estudiosos e professores que já fizeram
385 trabalhos sobre isso, e que poderíamos divulgar para outras unidades, fazendo esse debate, que
386 coloca o motivo político, econômico e social pela escolha da nossa política. Têm dois pontos da
387 proposta da Reitoria que me deixam preocupada, confundindo e misturando as coisas
388 novamente. A primeira é a proposta dos embaixadores da USP, programa que concede uma
389 bolsa de R\$120,00 a um aluno para o mesmo ir numa Escola Pública e divulgar que a USP é
390 uma universidade gratuita que conta com Programas de Permanência Estudantil e que eles
391 podem prestar o vestibular. Reconheço que existe o problema das pessoas não terem
392 conhecimento de que a USP é uma universidade gratuita, mas me preocupa muito a USP achar
393 que a resolução desse problema é dar uma bolsa a um aluno para ele cumprir essa tarefa de
394 divulgar essas informações. Não me parece nem que resolve a problemática e nem que seja
395 uma medida respeitosa. O segundo elemento que questiono é a questão da expansão dos lugares
396 de provas. Reconheço que seja uma medida importante, pois a falta de lugares pode causar um
397 impedimento econômico para ir prestar a prova em outras cidades (devido a gastos com
398 transporte, por exemplo). Mas ao mesmo tempo, isso não resolve a questão, mas podia ser
399 importante com as cotas. Outro ponto é a questão do mérito, pois quando se coloca as cotas
400 parece que as pessoas são contra o mérito, sendo que as cotas não dão a vaga a ninguém, os
401 estudantes ainda concorrem, mas entre os iguais. Não se compara um aluno que gastou
402 R\$2000,00 de mensalidade e que, durante o 2º e 3º ano foi resolver questão FUVEST, e fazer
403 simulados, com um aluno de Escola Pública que nem aula de Literatura tem. O que acontece na
404 questão das cotas é que os iguais disputam com os iguais, ainda há uma nota mínima a ser
405 atingida. Entra a questão que a professora Elisabetta colocou do próprio vestibular, essa é uma
406 ferramenta que a gente quer e acredita que assim conseguimos selecionar. É para isso que
407 serve? Me incomoda um pouco o jeito que as cotas são colocados, como se fosse dar a vaga

408 para alguém que não tenha qualidade, mérito, o mesmo valor que outra que prestou o vestibular
409 sem cotas. Sendo que todos os estudos mostram que os alunos cotistas têm o mesmo
410 rendimento dos não-cotistas. Outro ponto é sobre a elite. Claro que a USP é uma universidade
411 de elite, mas não é um mérito e sim um demérito. É um problema que nossa universidade não
412 abarque o povo brasileiro, que não possamos colocar aqui estudantes de baixa renda. Tem uma
413 amiga minha que faz Universidade Federal do Ceará, veio para a FFLCH (que, digamos, tem
414 uma maior diversidade de pessoas) e ficou assustada afirmando que nunca viu tanta gente
415 branca e de um branco diferente. Não tinha entendido muito a colocação dela, mas ela chamou
416 atenção para o fato de que a composição da USP é diferenciada da sociedade brasileira. Eu
417 jamais quero me orgulhar de que eu estudo em uma universidade de elite. Me estranha também,
418 professores da área de humanas se orgulharem disso. Também quero pedir desculpas, pois
419 devido a outros compromissos acadêmicos, não poderei ficar o tempo todo na Congregação.
420 Obrigado.”. Com a palavra, o Sr. Sérgio Ricardo Gaspar disse: “Como vocês podem ver, eu não
421 espelho a USP. Sou negro, funcionário e já fui aluno USP. Que grupo a gente detém dentro da
422 universidade? Branco, classe média e média-alta, o que não é o meu caso de periférico e negro
423 que vem discutir a respeito de cotas com os professores. Como você sobe economicamente no
424 Brasil? Por informação, que não necessariamente gera conhecimento. Falamos de um modelo
425 capitalista, elitista e branco, constituído secularmente. Quando nos atemos ao PIMESP, não
426 estamos falando de uma mudança estrutural, mas sim incremental. ‘Vamos dar 5 % para o
427 rapaz ali? Ele se esforçou, talvez até seja, quem sabe, um bom universitário.’. Universidade é
428 conhecimento ou inovação? Eu acho que o modelo cotista é uma inovação. Não estamos
429 falando sobre uma universidade de elite, mas sim de um serviço público prestado por uma
430 universidade para o Estado Brasileiro Paulista e, antes de mais nada, aquele que nos banca aqui.
431 Quem é que nos banca? A comunidade, o cidadão da periferia que não tem como eliminar a
432 carga tributária que financia nossos salários. Será que esse que é excluído econômica e
433 socialmente terá a mesma disposição de sair lá da periferia, chegar à universidade e voltar para
434 um cursinho? Tenho cá minhas dúvidas. Por que sou, a princípio, a favor das cotas? Gostei
435 muito da afirmação do professor de que há como incluir cotas com mérito, não do tipo
436 informacional só para passar no vestibular. Além disso, a universidade tem que se reavaliar
437 como fonte única de conhecimento, pois existem outras possibilidades de inovação e debates
438 sobre conhecimentos. Então falar em mérito ao compor uma elite na universidade, que seja
439 negra, mas não estaríamos incluindo o negro pobre, por exemplo. Quanto será que custa a
440 universidade para nossa comunidade? Para nosso cidadão? Que cidadão formamos aqui?
441 Aquele que vai remeter à própria elite branca? Que só vai mudando o grupo de poder dentro da

442 universidade e organizações públicas? Definitivamente eu acho que as cotas são um caminho e
443 que a USP poderia, pelo menos, se predispor a falar que existe grupos distintos formado por
444 negros, eventualmente índios, mestiços e não dar 5% e imaginar que você está sendo uma
445 organização pública boa, sendo que a diferença entre a média que essa própria pessoa vai
446 conseguir no vestibular e a que vai precisar para entrar em Medicina, é tão grande que se você
447 der 50% talvez ainda não seja possível. Assim, matematicamente o modelo é falho,
448 sociologicamente é deplorável, e não chegar aqui para debater cotas é realmente lamentável.”.

449 Com a palavra, a Profa. Dra. Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmela Santoro disse: “Me
450 inscrevi na hora que você estava falando, Sérgio, pois disse alguma que me fez lembrar aquele
451 documento que recebemos quando a Reitoria pediu às Congregações para avaliar o projeto do
452 PIMESP. Diziam que não era para dizermos se aprovávamos ou rejeitávamos, mas
453 simplesmente para fazer sugestões e propor alterações naquele projeto. O que obviamente
454 direcionou as manifestações de muitas Congregações e explica porque temos, por exemplo, 31
455 manifestações contrárias ao *College*, mas apenas 5/6 que falam de cotas. Na verdade, ninguém
456 pediu para as Congregações se manifestarem a respeito das cotas. Portanto, os dados têm
457 incongruências numéricas porque alguns documentos não se manifestavam sobre alguns
458 assuntos. Digo isso porque acho que não podemos cair nesse tipo de erro, analisando
459 documentos específicos e deixando de fora outras considerações. Avaliar esses projetos é
460 inevitavelmente é pensar, no mínimo, na questão das cotas. Afinal é isso que o projeto tenta, de
461 forma paliativa em minha opinião, resolver. Portanto, só quis me manifestar para dizer que não
462 deveríamos evitar discutir a questão das cotas. Mesmo com a existência da Comissão de Cotas,
463 acho importante fazermos uma observação específica para as cotas.”. Com a palavra, o Senhor
464 Presidente disse: “Talvez não tenha sido muito claro. Minha intenção era dizer que o assunto
465 ‘cotas’ não morria aqui, qualquer que seja a decisão deste Colegiado. Quero dizer que no
466 documento anterior, nós fizemos considerações a respeito dessa discussão. A Folha de São
467 Paulo fez uma matéria sobre as unidades que eram a favor e as contra, e a FFLCH apareceu
468 como a favor. Quero deixar bastante claro que estamos aqui para discutir e que a tarefa não está
469 concluída. Gostaria que tivéssemos uma Política Acadêmica, ou seja, uma decisão lastreada em
470 um estudo substantivo para avançar com argumentos sólidos.”. Com a palavra, a Profa. Dra.
471 Rosângela Sarteschi disse: “Quando me inscrevi era um pouco para falar o que a Elisabetta
472 acabou de dizer. Mas, de qualquer maneira, vou repetir algumas coisas que creio serem
473 importantes. Como membro do Grupo de Trabalho indicado pela Congregação, produzimos
474 naquele primeiro momento, depois fomos atropelados pela discussão do PIMESP (1ª e 2ª
475 versão) que não trata de cotas. Gostaria que a gente discutisse o documento apontando que não

476 trata evidentemente de reserva de vagas. No que concerne à produção de documentos, o GT
477 entende que os documentos escritos pelos Professores Maria Helena Toledo, Lilia Schwarcz e
478 Vagner Gonçalves, são, de certa forma, reflexões consistentes e que foram debatidos no âmbito
479 do GT, assumidos para não duplicarmos documentos quase redundantes. Inclusive houve um
480 documento muito legal a respeito do lattes na questão da nova informação sobre raça. Temos
481 ouvido o senso comum criticar e querendo bater em coisas que consideramos importantes. Foi
482 importante a Lilia e Maria Helena terem falado sobre isso, pois como Antropóloga e
483 Historiadora deram um tom de verdade para aquilo que muita gente, equivocadamente (na
484 nossa percepção), estava criticando. Outra coisa que me incomodou um pouco na fala do João é
485 a afirmação e que ‘não somos responsável pelo estado precário da Escola Pública’,
486 diferentemente dele, eu acho que a gente é sim. A USP sempre vira as costas para a Escola
487 Pública. Temos de falar da questão da reserva de vagas, mas isso não quer dizer que não iremos
488 pensar nas melhorias e resgate da Escola Pública. Se a mesma está no estágio que está, muito é
489 resultado da omissão das universidades. Alinhada a fala do Wagner a questão das cotas tem
490 uma influência do preconceito racial, pois não vejo ninguém falar veementemente contra a
491 formação das elites brancas. Mas todos ficam falando que as cotas, de uma maneira geral, vão
492 formar uma elite negra, o que não toleram.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Gaspar
493 Oliveira de Aquino disse: “Gostaria de falar duas coisas sobre nosso alinhamento em relação à
494 Escola Pública. Não é verdade que individualmente as pessoas da FFLCH se alheiam a questão
495 da Escola Pública. O que não temos tido coragem é de levantar uma proposta de política
496 pública nessa direção e, portanto, a convivência não é individual, mas sim institucional. Sou
497 contra cotas. Ninguém vai fazer cotas para rico, pois o mesmo presta o vestibular e entra. Aqui,
498 os pobres não entram no Ensino Médio. Por que? Por causa da miserabilidade. Não se pode
499 fazer inclusão subordinada porque não é verdade que dá condição de igualdade, porque a
500 miséria, opressão, violência continua igual. E como vamos pegar os que estão lá em cima,
501 terminando o Ensino Médio, para entrar na universidade se nós estamos fazendo inclusão? Não
502 é verdade.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Professora, guarda uma parte que eu
503 lhes escrevo depois aqui para falar.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de
504 Aquino disse: “Não, é só isso que queria falar, fazer ressalvas em relação às cotas e a colocação
505 a respeito da Escola Pública.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Demorei para
506 me inscrever pois estou esperando um telefonema e não gosto de começar uma discussão,
507 interrompendo-a. Antes de começar, gostaria de fazer uma homenagem ao grande intelectual
508 que perdemos, Jacó?, que não passou pela universidade, mas demorou muito para ser
509 convidado a participar de qualquer atividade nesta faculdade e entrou aqui pela primeira vez a

510 convite do professor Bosni no curso de Letras. Assim, gostaria de prestar uma homenagem pois
511 é uma figura atualmente conhecida por toda a Faculdade e lembrar também que a trajetória dele
512 era muito semelhante ao do professor Florestan Fernandes. Essa história é que nos faz ver
513 outros lados da questão que está em pauta e acho que às vezes perdemos um pouco da
514 conjuntura política específica que temos. Eu li os documentos e o que me incomoda em ambos
515 é a crítica abrangente feita, pois o tom da crítica coloca o cenário histórico em que essa
516 discussão entra. Também sinto a falta de termos proposta, que simboliza a posição de recuo que
517 estamos há muito tempo. O primeiro problema não é entrada na USP, o corte não é Escola
518 Pública ou Privada. Todos precisam abrir o SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica),
519 que os dados estão lá mostrando que a variável levada em consideração é ‘renda familiar’. Esta
520 é a questão. Quer dizer, a explosão do Sistema Público de Ensino Superior no país inteiro, e
521 principalmente no Estado de São Paulo, é renda. Não importa, naquele nível de renda, se o
522 aluno fez Escola Pública ou Privada. Somos vítimas desse primeiro equívoco que a imprensa
523 fez questão de tornar pensamento hegemônico a ideia de que a USP é pública mas ocupada só
524 pelos alunos das Escolas Privadas. Isto coloca, no plano da educação, dois problemas
525 estruturais do país: 1. Renda e; 2. Qualidade da Escola Pública. Acredito que primeiro
526 precisamos ter consciência de que é nessa conjuntura política que estamos tratando de medidas
527 paliativas, mais ou menos, oportunistas do ponto de vista político. Qualquer decisão é, antes de
528 mais nada, política. Nesta conjuntura de grande diferença de forças. De um lado estamos com o
529 Governo do Estado e a Cúpula Dirigente da USP que não cedeu ainda à aprovação do PIMESP,
530 enquanto a UNICAMP e a UNESP já cederam. Na USP o PIMESP foi majoritariamente
531 negado, apesar da instrução do reitor dizendo ‘não quero saber se vocês aprovam ou não’.
532 Portanto temos de avaliar em que proposta colocaremos o mínimo apoio político que podemos
533 dar e que soluções. João, a grande diferença do Projeto Governamental Federal e o PIMESP é
534 que as cotas são por cursos e turnos. Este é o grande problema da cúpula da USP. Então, farei
535 algumas propostas para ver se conseguimos chegar a um mínimo consenso. Em primeiro lugar
536 devemos fazer uma manifestação rejeitando o plano PIMESP e o *College*, que não são meios de
537 inclusão no espaço universitário. Segundo: precisamos dizer que reconhecemos o esforço da
538 Pró-Reitoria de Graduação.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo
539 Machado disse: “Este documento diz que o *College* já foi rejeitado e não será implantado na
540 USP.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Valéria de Marcos disse: “Sim, é isso que estou lhe
541 dizendo Maria Helena. Isso não foi votado no CO, só no CoG. E ainda assim, nessa estatística
542 aparecem 32 unidades da USP. Isso que estou propondo dá força à análise, não faz mal
543 nenhum: ‘acompanhando [...] manifestamos nossa rejeição ao Programa do PIMESP porque ele

544 não traz o aluno para o convívio universitário. Reconhecemos o esforço na proposta da
545 Comissão de Pró-Reitoria de Graduação de pensar uma ampliação da inclusão'. Além disso
546 podemos propor a ampliação do bônus, uma vez que o vestibular está próximo. Para que
547 durante esse ano sejam feitos estudos sobre a real inclusão por cotas. Aí tem outro problema: a
548 distância da cúpula com a base. Como forma de somar forças, eu poderia sugerir vários nomes
549 a favor das cotas de outras unidades (Medicina, ECA, Faculdade de Direito, etc) para que
550 eventualmente compusessem uma Comissão sobre Cotas sediada pela FFLCH. Acredito que
551 devíamos, além de tudo, sugerir que a Pró-Reitoria incluísse em seu documento horários de 10
552 minutos em diversas inserções na rádio USP para uma Comissão de Informação divulgar a
553 natureza da USP e seu sistema de vestibular. Por que este é o grande problema, afinal a
554 imprensa silenciou o conhecimento sobre a USP e a mesma, em parte, ajudou para que fosse
555 vista como Universidade Pública. Um dos problemas dos 'Embaixadores' foi que no primeiro
556 ano não apareceu alunos para participarem. Outra coisa que precisamos colocar urgentemente
557 em discussão é uma TV USP com controle democrático, para que nós pudéssemos fazer uma
558 interação digital com a sociedade.". Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo
559 Machado disse: "Gostaria de dizer que concordo com a maior parte das coisas que a Valéria
560 fala, e é exatamente isso que consta no nosso documento, inclusive propondo a criação dessa
561 comissão sediada na FFLCH. Fora isso, gostaria de dizer que temos de reconhecer uma coisa,
562 clara e óbvia: o problema é a ferramenta para atingir a meta de cotas. Segunda coisa: esse
563 documento da Pró-Reitoria é uma compilação de sugestões. O que aconteceu é que o PIMESP
564 foi debatido nas unidades e apresentadas propostas que não fazem parte de um projeto orgânico
565 pensado, calculado e planejado a respeito do problema da inclusão, ou seja, de como atingir a
566 meta. Na verdade, esse segundo documento é um rol de sugestões e não projeto. Assim, temos
567 de bater na ideia de que precisamos de um projeto e sua avaliação. Discordando da Valéria, o
568 INCLUSP incluiu sim paulatinamente e os dados estão com o Prof. Vagner Gonçalves, que
569 hoje não pode vir. Porém, tal inclusão é sem perfil étnico-racial. Nós refizemos todos os
570 cálculos feitos e percebemos que quando chegavam nos PPI's eles davam um golpe e somavam
571 o da Escola Pública com os da Privada. Nós temos dois grandes problemas aqui na USP: falar
572 em cotas e problemas étnico-raciais. Acho que a FFLCH deve ter uma proposta, mas que, além
573 disso, proponha formar uma comissão de discussão, pois nosso papel é conscientizar as outras
574 unidades. Não adianta irmos contra a corrente e ficar isolado de novo, precisamos ter um
575 veículo de diálogo, de convencimento, inclusive para verificar as ferramentas de avaliação da
576 reitoria. Sobre aquele quesito raça-cor do *lattes* dissemos no documento que é muito meritório
577 que o CNPQ queira aferir o perfil étnico-racial, mas precisamos acompanhar como tais dados

578 são tabelados, auferidos, analisados, e como retornarão a nós.”. Com a palavra, o Senhor
579 Presidente: “Depois que a professora Maria Helena Capellato terminar de falar, podíamos
580 verificar a última rodada de intervenções para fechar algumas propostas.”. Com a palavra, o
581 Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola disse: “Acho que estamos diante de um debate, cujas
582 balizas estão postas, portanto teremos de nos posicionar dentro delas. Nesse sentido,
583 acompanho o que a Valéria disse. Antes disso, digo que tentei ler atenta e detalhadamente todos
584 os documentos, mas não consegui. Não porque eu odeio matemática, mas simplesmente porque
585 estamos diante de uma bateria de cifras e percentuais, e qualquer um sabe que estas medidas
586 em si não significam nada. O pior é que em vários desses documentos, principalmente o da
587 Reitoria, tais cifras são avaliadas em si mesmas. Por exemplo, se diz 3% ou 5% é pouco, mas
588 pouco em relação a que? O documento da Pró-Reitoria não tem desculpa porque a Professora
589 Maria Helena, Lilian e Vagner fizeram tabelas, que é a única maneira de lidar com o
590 significado das cifras e não o conceito que indicam. Lamento muito que a USP esteja atrás na
591 Folha de São Paulo na maneira de tratar os dados, pois pelo menos esta última faz alguns
592 gráficos e tabelas para que tenhamos algum ponto de referência. Sem o debate conceitual, a
593 discussão das cifras é falsa. Tal debate deve ser feito sempre à luz do conceitual, caso contrário
594 é apenas um chute. O conceito permitiria superar alguns clichês que venho acompanhando há
595 muito tempo, como por exemplo ‘o problema é a falha do Sistema do Ensino Fundamental
596 Público’, o problema é a privatização do Estado que permite a privatização do setor de ponta do
597 Ensino Fundamental. Tenho uma solução bem simples para o problema do Ensino Fundamental
598 Público: pedimos ao Governador de São Paulo que, por decreto, proíba o ingresso à
599 Universidade de alunos oriundos de Escolas Privadas. E como melhora o Ensino Público? 1.
600 Todo dinheiro que atualmente tiram deste atrás de mensalidades passa, através de um imposto
601 progressivo, às Escolas Públicas; 2. As Escolas Privadas não ficam mais isentas de impostos; 3.
602 se faz uma fase de transição de 3 anos, durante a qual 10% das vagas da Universidades Públicas
603 de SP são reservadas para pessoas oriundas do Ensino Privado. Na Argentina na época que
604 morei lá, Escola Privada era considerada escola para burro. Não significa que o predomínio
605 absoluto da Escola Pública não a elitize. Por exemplo, na França é tudo público, mas há um
606 setor de ponta, onde para entrar há seleção por critérios socioeconômicos. A elitização percorre
607 outros caminhos porque o capitalismo e a burguesia se adaptam qualquer coisa. Evidentemente
608 é muito diferente brigar dentro do Sistema Público elitizado francês, do que no interior do
609 Sistema onde há Ensino Fundamental e o Estado está privatizado, como no caso do Brasil.
610 Estou propondo que no documento se coloque essa questão, ou pelo menos que se aponte para
611 esse lado. Dizer que iremos melhorar o Ensino Público Fundamental através da colaboração

612 que a USP vai dar é mais utópico do que minha proposta. O que a USP pode fazer para melhor
613 o Ensino Público Fundamental com o orçamento que ela tem? Pouca coisa, pois o impacto será
614 necessariamente muito limitado. Mesmo que mandemos todos os estudantes percorrerem as
615 escolas como embaixadores (as) não terá tanto impacto. Temos que apontar para propostas
616 políticas, como propõe a Valéria: a) ir contra o PIMESP; b) melhorar a política atual para a
617 próxima vez; c) no próximo ano fazemos um debate de fundo. Não é a solução de tudo, mas
618 concordo com esses pontos. Pelo menos ganhamos tempo para fazer um debate de fundo, em
619 termos conceituais. Porque senão é um debate técnico que não vale nada, pois aparentemente as
620 pessoas que estão com as cifras sabem muito, mas na verdade não sabem grande coisa, pois não
621 comparam as cifras, as tabelas, não fazem discussão de fundo. Por exemplo, no documento da
622 ADUSP se fala que o Ensino Público Superior atende à 3% da demanda de vagas,
623 evidentemente é baixo, mas falta se questionar o porque de se atender tão pouco. De onde veio
624 o fato de que hoje tenhamos 7 milhões de estudantes universitários no Brasil e, há poucos anos
625 atrás tínhamos uma cifra muitíssimo inferior? O fato de estar crescendo de maneira tão
626 espetacular, o setor público olha para outro lado como se a demanda não estivesse crescendo e
627 o setor privado atende e reivindica para si próprio, o privilégio de estar prestando um serviço
628 público. Parece-me que temos de introduzir no documento a necessidade desse debate de
629 fundo, e não creio que precisamos de uma grande comissão para isso, só apenas 2 parágrafos.
630 Caso o contrário, o debate de números é um debate inútil.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria
631 Helena Rolim Capelato disse: “Após a leitura dos documentos e atenção ao debate, cheguei a
632 conclusão de que o documento da Pró-Reitoria não avança muito no que pretendemos, mas
633 considero muito importante que na resposta a esse documento deixemos muito claro a
634 importância dessa comissão, que deve levar avante a discussão sobre tal questão. Friso isso,
635 pois me lembro de como foi importante aquele momento da Congregação em que o grupo da
636 Maria Helena Toledo expôs os dados, fundamentais para compreensão da situação através da
637 qual se pode reivindicar ou não as cotas. A única coisa que faltou naquele documento seria
638 explorar um pouco mais a questão da renda, colocada pela professora Valéria. Eu até falei com
639 o Mauro Bertotti, dizendo que faltava um estudo melhor sobre a questão da periferia que optam
640 muito mais pelas Universidades Privadas. Então, sou totalmente de acordo que se incluía
641 resposta a ideia de que a comissão deve continuar esse trabalho rapidamente.”. Com a palavra,
642 a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Precisa ver se esses dados que
643 queremos estão disponíveis.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato
644 perguntou: “Mas como é que vocês trouxeram?”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena
645 Pereira Toledo Machado respondeu: “Porque o INCLUSP tinha.”. Com a palavra, o Senhor

646 Presidente disse: “Aqui no documento diz que foram feitas projeções, por isso perguntou. No
647 documento da Pró-Reitoria, pelo que entendi, essa proposta atual foi resultado de projeções que
648 foram feitas. Eu tenho certeza que não estão demonstrados e por isso que não podemos
649 avaliar.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Sabe o
650 que eu entendi, Sérgio? Que ela nasceu daquela avaliação do INCLUSP que mostramos aqui. E
651 outra, não existia há poucos meses atrás.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse:
652 “Entendi.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “O que
653 entendo é que precisa ter os dados. O que trouxemos aqui é baseado nos dados do INCLUSP
654 que trouxemos e, inclusive as projeções do documento da Pró-Reitoria também. Agora é
655 perguntar se, ao aumentar o bônus, eles fizeram novas projeções. O que eu duvido, pois é uma
656 colcha de retalhos de propostas. Então vamos perguntar se eles têm os dados, pedimos aqui na
657 Congregação, os reestudamos e chegamos a alguma conclusão.”. Com a palavra, a Profa. Dra.
658 Maria Helena Rolim Capelato disse: “Como a experiência foi muito importante aqui na
659 Congregação, várias pessoas saíram elogiando e dizendo que tinham ficado esclarecidas a
660 respeito de diversas coisas. A minha proposta é de que essa exposição deveria ser feita em
661 outras unidades.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Logo que foi feita a preparação
662 desta apresentação do *Powerpoint*, vocês se lembram que fui participar daquele debate em
663 dezembro, e a única análise minimamente consistente era da FFLCH. Diante disso fomos até
664 elogiados. O que significa isso? Que se queremos fazer uma proposta prosperar temos de sair
665 na frente, para que nos constituamos modelo de reflexão e conduta. Acho que temos de colocar
666 na mesa algo que seja inesperado, pois atualmente ficamos muito a reboque dos
667 acontecimentos. Então deveríamos fazer um esforço de completar aquele estudo, atualizando os
668 dados, sofisticando a análise estatística, agregar mais informações e dar ampla divulgação.
669 Politicamente, temos de formar correntes de opinião, uma tarefa árdua.”. Com a palavra, a
670 Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino disse: “Gostaria de fazer um encaminhamento
671 para essa discussão que está muito bonita. Se a comissão conseguir atualizar esses dados e tudo
672 mais, podíamos organizar uma programação no IPTV e fazer essa apresentação na TV-USP.”.
673 Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Segunda-feira tenho reunião do Conselho da
674 Cátedra-UNESCO, onde posso pautar uma sessão de discussão sobre o tema.”. Com a palavra,
675 a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “O que nos cabe, podemos tentar
676 ver se já há a quantificação dos dados de 2013. Se não tiverem, não temos mais nada disponível
677 a acrescentar, a menos que a Pró-Reitoria nos envie dados de projeção.”. Com a palavra, o
678 Senhor Presidente disse: “Gostaria de tecer alguns comentários. Confesso que estou satisfeito
679 com o debate e a proposta a ser submetida para votação. Agrada-me muito essa ideia de criar

680 condições para comissão poder finalizar sua proposta, de modo que possa ser discutida em uma
681 Congregação, e o plano de constituição de uma comissão sediada na FFLCH com pessoas de
682 outras unidades para que possamos avançar nessa discussão. Acho que o professor Coggiola
683 tem razão, ou seja, na batalha dos números você pode trazê-los para qualquer lado, tudo vai
684 depender do território onde estamos nos digladiando. Outra coisa é que precisamos não perder
685 de vista que um dos argumentos fortes é sempre a questão do mérito. Não podemos ignorar que
686 a universidade é constituída em cima do mérito, embora este seja uma construção social.
687 Muitas vezes sou muito inclinado a pensar dialeticamente, temos de levar em consideração que
688 o acesso à universidade é desigual em relação a oportunidades, ou seja, o ponto de partida não é
689 igual para todos. Qualquer que seja o argumento, temos de outro lado a posição que diz que se
690 tornarmos todos iguais, comprometeremos o mérito, ou o que se reconhece como tal. Então,
691 temos duas forças antagônicas, e como superá-lo para construir uma síntese. Não é para
692 resolver agora, estou pensando em termos de discussão. Tem a questão colocada pelo professor
693 Francis, quer dizer precisamos refletir que outro modelo de vestibular é possível. Ou seja, algo
694 que avalie a capacidade para realização de um curso universitário, que não seja um modelo de
695 ‘participação olímpica’ (hoje, se qualquer um de nós se candidatasse ao vestibular, seríamos
696 reprovados). Outra coisa a se colocar em pauta, é que temos de pensar um Projeto de Educação
697 para o país. Quer dizer, não dá mais para pensar ações pontuais. Temos de refletir, por que
698 queremos formar? O que queremos formar? E temos de colocar em um debate público.
699 Acredito ser uma tarefa da universidade como um todo, mas a FFLCH pode ser um centro
700 irradiador de uma reflexão sobre esses temas. Isso significa dizer que temos uma tarefa em
701 frente, e devemos em uma próxima Congregação fazer uma reflexão, mesmo que mínima,
702 sobre isso e pensar em uma comissão que de fato fosse construir um esboço do que seria a
703 ‘Escola Novíssima’, pois não dá mais para ficarmos esperando que os governos tomem atitude.
704 Estou convencido que independente dos coloridos políticos-partidários, há uma falência de
705 ideias a respeito de educação no país. Vou passar a palavra, a professora Maria Helena e depois
706 gostaria que fizéssemos a formulação final da proposta e submetêssemos à aprovação.”. Com a
707 palavra, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Só gostaria de falar uma
708 coisa bem prática a respeito do mérito, que o senhor colocou em seu comentário. Desde o
709 início, os documentos PIMESP 1 e 2 reconhecem a necessidade do bônus, contrário ao mérito.
710 A grande questão é se colocasse o bônus na primeira ou segunda fase. Sendo que na primeira a
711 reitoria entende que é cota, enquanto na segunda a mesma entende que é mérito. Na realidade é
712 isso que estamos discutindo.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Valéria de Marco disse: “Gostaria
713 de fazer um esclarecimento sobre a questão do mérito, pois existem estudos consistentes sobre

714 isso. O primeiro é o da UFRJ pegando o curso de Medicina, quer dizer, eles avaliam que os
715 cotistas se posicionaram melhor no curso. Ou seja, já temos análises para contra argumentar
716 essa questão. Evidentemente a discussão do mérito, é fundamentalmente que a universidade
717 tem pouca vaga. Quer dizer, mesmo com cotas, a disputa colocará a nota lá em cima. Por outro
718 lado, essa questão na universidade esconde outro problema histórico no Brasil. Todos falam
719 que o vestibular garante o mérito, será? Na Argentina e no México há acesso livre à
720 universidade, assim como em alguns países da Europa. Nós tivemos alunos desses países e são
721 todos excelentemente preparados. A questão do mérito surgiu no andar da discussão de
722 reivindicar maior acesso, o que vem lá da ‘Campanha dos Excedentes’. Então precisa ser feita a
723 comparação com os outros países.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Professora
724 Valéria, você poderia mais ou menos repetir sua proposta? Minha sugestão é que votássemos
725 primeiro a proposta da professora Valéria e posteriormente os acréscimos que possam ser feitos
726 ao documento.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Valéria de Marco disse: “Eu nem sei se fiz uma
727 proposta com clara hierarquia de idéias.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Você fez
728 sim e eu posso repetir o que consegui anotar. 1. Fazer manifestação reconhecendo que
729 rejeitamos o Projeto PIMESP, assim como outras unidades, porque ele não traz o aluno para o
730 convívio universitário; 2. Reconhecemos o esforço da Reitoria por intermédio da Pró-Reitoria
731 de Graduação de pensar uma ampliação da inclusão. Fazer proposta de ampliar o bônus mais do
732 que a porcentagem apresentada. 3. Que pensando no vestibular de 2015 sejam feitos os estudos
733 sobre a real inclusão feita por cotas; 4. Que a faculdade de filosofia sedie uma Comissão de
734 Cotas para discutir esta questão na USP; 5. Sugerir que a Pró-Reitoria inclua no seu
735 documento, os horários de 10 minutos na Rádio USP para divulgar a natureza da USP e seu
736 sistema de vestibular, além da TV USP com controle democrático.”. Com a palavra, a Profa.
737 Dra. Valéria de Marco disse: “Sérgio, o que eu tinha sugerido a respeito da ampliação do bônus
738 é que fosse aumentado para mais cursos e períodos. Tinha falado, não lembro em que
739 momento, da universidade fazer campanhas de esclarecimento sobre a sua natureza e modos de
740 acesso. Que tentássemos então constituir um grupo que organizasse inserções na Rádio USP e
741 etc. O rádio eu acho mais importante, porque atinge o professor e também a imprensa. Afinal,
742 nosso problema é o que a grande imprensa vai repercutir.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Maria
743 Helena Pereira Toledo Machado disse: “Temos de colocar no documento que é necessário fazer
744 uma discussão aprofundada do Sistema de Bônus, pois precisamos discutir, não apenas as
745 porcentagens propostas, mas também os esquemas de avaliação, assim como o primeiro e
746 segundo turno, porque é preciso entender bem como isso funcionará. Em outras palavras,
747 precisamos ter uma proposta aprofundada, e no documento deve estar contido que a FFLCH

748 insta a USP a produzir um projeto de inclusão e, para tal propõe-se a criação de uma comissão
749 interdisciplinar sediada nessa casa. E que o sistema de bônus seja estudado sistematicamente,
750 avaliado e projetado para o futuro, no primeiro e segundo turno.”. Com a palavra, Prof. Dr.
751 Oswaldo Luis Angel Coggiola disse: “O único acréscimo que faço é que no prazo suplementar
752 de debate se proceda a um debate conceitual acerca da Universidade Pública e seu papel na
753 sociedade e, principalmente, a respeito das políticas do Estado para a Educação Pública em
754 geral.”. Com a palavra, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert disse: “Só um destaque para aquilo que
755 o professor Sérgio levantou lembrando da minha fala, queria frisar a questão das formas de
756 acesso à universidade.”. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: “Vou propor a proposta da
757 Valéria com o complemento feito pela mesma, mais a da professora Maria Helena Machado, a
758 questão do professor Coggiola sobre a ideia da discussão conceitual, e do professor Francis
759 sobre o vestibular. Seria muito importante que na hipótese da aprovação, Maria Helena,
760 Valéria, Coggiola e Francis me mandassem uma espécie de ementa até amanhã para que eu
761 possa produzir o documento final.”. O Senhor Presidente coloca em votação a proposta dos (as)
762 professores (as) Valéria de Marco, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Oswaldo Luis Angel
763 Coggiola e Francis Henrik Aubert. Após votação a proposta foi APROVADA. Ninguém mais
764 desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
765 encerrada a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de
766 Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com a Senhora
767 Diretora. São Paulo, 13 de junho de 2013.